

Auto-organização: uma experiência educativa no Assentamento Boa Esperança, Alto Rio Novo, Espírito Santo

Rainei Rodrigues Jadejiski¹, Eric de Oliveira², Alessandra Ribeiro Lima³

Resumo

Este texto relata a experiência de uma pesquisa desenvolvida no ano de 2015 no Assentamento Boa Esperança, localizado no município de Alto Rio Novo/ES. O estudo objetivou compreender como se dá a produção de conhecimentos na auto-organização que se estabelece como processo educativo mediante saberes e fazeres que atravessam o cotidiano das famílias camponesas. Por meio de uma pesquisa qualitativa com abordagem dialética, três unidades familiares foram investigadas e, a partir da análise dos dados coletados, constatou-se que os processos de auto-organização influenciam nos modos como cada família produz a sua sobrevivência e contribuem para uma formação humanística dos sujeitos envolvidos. As vozes dos sujeitos pesquisados evidenciaram que a auto-organização representa uma possibilidade de educação não escolar, pois ela favorece a produção e a propagação de saberes vivenciados na prática.

Palavras-chave

Auto-organização. Agricultura familiar. Educação não escolar. Trabalho.

¹ Doutorando em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; professor efetivo de Geografia da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, Brasil. E-mail: raineirj@hotmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil; professor no Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, Brasil. E-mail: eric.eira.mepes@gmail.com.

³ Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; professora da rede municipal de educação de Serra, Espírito Santo, Brasil. E-mail: alessandrarl2011@hotmail.com.

Self-organization: an educational experience in the Boa Esperança Settlement, Alto Rio Novo, State of Espírito Santo, Brazil

Rainei Rodrigues Jadejiski⁴, Eric de Oliveira⁵, Alessandra Ribeiro Lima⁶

Abstract

This text reports the experience of a research carried out in 2015 at the Assentamento Boa Esperança, located in the municipality of Alto Rio Novo, State of Espírito Santo, Brazil. The study aimed to understand how the production of knowledge takes place in the self-organization that follows as an educational process through knowledge and actions that permeate the daily lives of peasant families. Through a qualitative research with a dialectical approach, three family units were investigated and, from the analysis of the collected information, it was found that the processes of self-organization influence the ways how each family produces its sustenance and contributes to a humanistic formation of the involved people. The voices of the researched subjects showed that self-organization represents a possibility of non-school education, as it favors the propagation and production of knowledge experienced in practice.

Keywords

Self-organization. Family farming. Non-school education. Work.

⁴ PhD student in Education, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santos, Brazil; tenured professor of Geography at the Secretary of State for Education of Espírito Santo, Brazil. E-mail: raineirj@hotmail.com.

⁵ Master in Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil; professor at the professor at the Promotional Education Movement of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil. E-mail: eric.eira.mepes@gmail.com.

⁶ Specialist in Education, Poverty and Social Inequality, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; teacher at the municipal education network in Serra, State of Espírito Santo, Brazil. E-mail: alessandrarl2011@hotmail.com.

Iniciando a conversa

A auto-organização é um fenômeno que acompanha os seres humanos desde tempos mais remotos. Os postulados de Pistrak (2011) nos inspiram a compreender a auto-organização como a divisão organizada e planejada de tarefas, de forma a contribuir para o bom desempenho de funções específicas. Considerada uma necessidade da vida humana, ela favorece e estimula a participação e a coletividade das pessoas, rompendo com o individualismo e construindo relações mais humanizadas, perpetuando valores e costumes. Trata-se, portanto, de uma possibilidade de educação não escolar, pois quando se trabalha de forma coletiva é inevitável um aprendizado mútuo e contínuo.

A educação tem uma amplitude que não se restringe ao espaço institucionalizado da escola. Segundo Brandão (1981), ela está presente no dia a dia e se manifesta de múltiplas formas e em vários lugares, como, por exemplo, em casa, na rua, na igreja, enfim, nos lugares de vivência e nas instituições pelas quais passamos ao longo da vida, que também nos (trans)formam.

Nessa direção, especificamente para substanciar as reflexões que seguirão, pontuamos que a auto-organização, como processo educativo, presentifica-se no espaço rural por meio dos saberes e fazeres que atravessam o trabalho na agricultura familiar. Diante das inúmeras conotações envoltas no termo agricultura familiar, neste texto utilizaremos essa expressão de maneira ampla para denotar a forma de organização da produção em que a família é proprietária da terra e, ao mesmo tempo, executora das atividades de produção (NEVES, 2012).

O estudo aqui relatado, nessa lógica, objetivou compreender como se dá a produção de conhecimentos na auto-organização que se estabelece no cotidiano das famílias camponesas, ou seja, como essa forma de organização se viabiliza como uma possibilidade de formação humana interligada à agricultura familiar.

O lócus da pesquisa foi, especificamente, o Assentamento Boa Esperança, localizado no município de Alto Rio Novo, no estado do Espírito Santo. Esse município tem aproximadamente 7.874 habitantes (estimativa – IBGE, 2020), localiza-se na porção norte do estado do Espírito Santo e possui três assentamentos: Assentamento Beija-Flor, com 13 famílias; Assentamento Boa Esperança, com 46 famílias e Assentamento Laje, com 50 famílias. Esses assentamentos foram firmados a partir de lutas da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo – FETAES.

Isso posto, produzimos este relato de experiência para comunicar uma pesquisa desenvolvida no ano de 2015 no Assentamento Boa Esperança, um dos três assentamentos alto-rio-novenses. O espaço territorial desse assentamento possui uma área de 431 hectares que, inicialmente, pertencia a um latifundiário antes de ser dividido entre as famílias camponesas. Cada família recebeu um lote de terra com aproximadamente seis hectares (60.000 m²) para viver e trabalhar nas atividades agrícolas como forma de prover o sustento.

Percurso metodológico

A necessidade de levantar questões sobre o tema pesquisado nos levou a desenvolver uma pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2009), esse tipo de pesquisa atende a questões muito particulares e preocupa-se com uma realidade que não pode ser meramente quantificada, pois está atrelada a uma busca de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Dentro desse tipo de pesquisa, optamos pela metodologia dialética, pois essa abordagem investigativa nos ajuda a refletir sobre as contradições existentes no contexto social e no fenômeno pesquisado, levando o investigador a pensar na complexa relação que as situações analisadas estabelecem com outros elementos da sociedade. A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Ela estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 14).

Seguindo essa perspectiva, para a coleta de dados, realizamos uma entrevista semiestruturada com representantes de três unidades familiares do Assentamento Boa Esperança, tendo em vista nosso desejo de entender as diferentes maneiras que essas pessoas utilizam a auto-organização para lidar com as questões que envolvem o trabalho na agricultura familiar. Esse tipo de entrevista “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.152).

Cientes de que um roteiro semiestruturado permite aos pesquisadores inserir novos questionamentos durante o processo de entrevista, antevemo-nos com questões que buscavam compreender aspectos relacionados à quantidade de pessoas que residem na propriedade, ao que é produzido e a quem trabalha nessa produção, aos períodos de plantio e colheita, ao destino da produção, à rotina de trabalho, à divisão de tarefas, às normas e sanções que

coexistem na convivência familiar, à possibilidade de outras atividades profissionais para além do trabalho agrícola e à sensação de pertencimento ao campo.

Atendendo aos protocolos de ética na pesquisa, utilizamos nomes fictícios para nos referirmos a esses representantes. A entrevista foi gravada por um telefone móvel mediante o consentimento livre e esclarecido deles. Pautamo-nos em um roteiro prévio de questões, no entanto, tivemos a liberdade de inserir outras perguntas no transcorrer da investigação, fazendo as interações acontecerem de maneira mais dialógica e dinâmica.

As três famílias representadas nessa análise constituem-se de agricultores que se auto-organizam, cotidianamente, para autogerir o seu ambiente de trabalho. Essas unidades familiares eram formadas no período da pesquisa por, em média, três a cinco pessoas: esposo, esposa e até três filhos.

Em uma das famílias entrevistadas, quem respondeu à entrevista foi o esposo e nas outras duas, a esposa. Notamos que o patriarca tinha um nível de escolaridade maior que o das matriarcas que responderam pelas outras duas famílias. Todas as pessoas entrevistadas aparentavam ter mais de quarenta anos.

A análise das entrevistas demonstrou que a maioria dos assentados – moradores do assentamento – trabalha, predominantemente, na agricultura familiar, sobretudo na produção do café, principal fonte de renda, mas que também cultiva outros produtos, como banana, mandioca, milho, arroz, feijão, hortaliças, frutas, dentre outros. Eles possuem poucas criações de animais, sendo a maioria restrita a galinhas, porcos em cativeiro e peixes.

Os assentados também costumam trabalhar em propriedades vizinhas vendendo ou trocando o dia de serviço, sendo a troca solidária a forma de cooperação mais comum. Labutam, em média, três pessoas por propriedade, com carga horária que se inicia às 6 horas e termina às 17 horas. Isso de segunda a sábado. Essas tarefas só são interrompidas por condições temporais extremas, como chuva ou sol em excesso. Esse modo peculiar de organização das rotinas de trabalho das famílias camponesas, que aqui denominamos auto-organização, despertou-nos atenção.

Reflexões sobre a auto-organização entre as famílias camponesas

Nossas reflexões acerca da auto-organização estão sustentadas nas formulações teóricas de um educador da pedagogia social russa, centrada na ideia do coletivo, Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940). Por auto-organização, Pistrak (2011) entendia a constituição de coletivos a partir da necessidade de realizar determinadas ações práticas. Ele

centrou seu postulado na realidade escolar, entretanto, seus pressupostos podem ser trazidos para refletir sobre os modos de organização do trabalho no campo, entre as famílias camponesas.

Essa centralidade nas conjecturas de Pistrak, entretanto, não impossibilitou que buscássemos outras referências que abarcam a auto-organização, como, por exemplo, Krupskayana (2017), que defende a ideia do trabalho como princípio educativo, como base do desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Na revisão de literatura sobre a temática, encontramos estes dois estudos recentes e destacáveis que, embora não tratem especificamente da auto-organização no contexto de assentamentos, ampliaram nossa compreensão acerca da temática em tela: *Auto-organização no contexto da educação do campo*, de Baldotto e Morila (2016), e *Ressignificação da auto-organização dos estudantes na EFA de Marilândia: possibilidades, avanços e desafios*, de Pomuchenq e Santos (2020).

Baldotto e Morila (2016) contextualizam a auto-organização como elemento pedagógico da Educação do Campo, vinculando-a ao trabalho como princípio educativo e ressaltam que “esse elemento pedagógico possui um sentido amplo que vai além do simples gerenciamento de tarefas como a organização da fila, entrada e saída da escola, controle do recreio, entre outras situações” (p. 58).

Nesse alinhamento, Pomuchenq e Santos (2020), ao tratar da auto-organização em uma escola família, escrevem que esse processo possibilita que crianças e jovens sejam capazes de intervir e resolver conflitos, mas que isso não exige os adultos de realizar intervenções. No nosso contexto de investigação, acreditamos que essas intervenções são necessárias para manter o bom andamento da organização das tarefas entre as famílias camponesas.

Família 1

A primeira família entrevistada foi a de Dona Maria. Indagamos, inicialmente, como as tarefas diárias eram divididas e ela prontamente respondeu que fazia o almoço; a filha de 15 anos arrumava as camas; o filho de 9 anos só estudava; e o filho mais velho (de 12 anos) e o marido tratavam das criações e trabalhavam na roça.

A matriarca salientou que o marido trabalhava, em semanas alternadas, fora da propriedade, de segunda a domingo, em uma Companhia de Abastecimento de Água. Sinalizou, também, que durante o período em que o marido não estava na propriedade, o filho

de 12 anos era quem assumia, na medida do possível, algumas tarefas executadas pelo pai.

Durante a entrevista, o filho passou a fazer parte do diálogo dizendo que o pai é quem define o que ele vai fazer durante a semana. Disse que o ajuda na capina e que acha essa técnica de limpeza do terreno muito boa, pois só utilizam veneno para combater o mato em casos extremos, já que, segundo ele, o *Roundup*, veneno destinado ao controle de plantas daninhas, corta muito a raiz do café.

Retomando o diálogo, a mãe externou que, de acordo com o seu ponto de vista, os filhos devem permanecer com a família até determinada idade e só quando chegarem à idade certa eles devem “pocar fora”⁷. Disse, ainda, que eles não se prendem muito aos horários, pois não têm hora certa para almoçar e para dormir, somente para acordar.

Na resposta de Dona Maria, observamos uma distribuição de tarefas marcada por relações de gênero, visto que quem cuida da casa são as mulheres e quem cuida da roça são os homens. Essa é uma forma de organização familiar tradicional em que o homem é o provedor do sustento, enquanto as mulheres organizam esse sustento em benefício de todos. Há, evidentemente, um sentido e esforço coletivo, com tarefas claras e bem definidas.

Também percebemos que a família pensa que os filhos devem procurar outro rumo quando alcançam a maioridade, talvez, um trabalho e condições de morar fora de casa ou se casarem. Captamos na fala do filho, o lugar que o pai ocupa na divisão social do trabalho. É o progenitor quem determina a divisão e distribuição das tarefas com o filho. Está presente também na fala do garoto que, apesar de não ter consciência de todos os malefícios do veneno na produção, ele já vem identificando os impactos que o produto pode causar na plantação.

Analisando esse cenário, observamos uma auto-organização imposta pelo pai, em que ele determina tarefas e a família as cumpre. Pistrak (2011), ao falar de auto-organização, pode nos ajudar nesse debate, pois acredita que é importante obedecer quando é preciso e dirigir quando é necessário. Diante disso, é essencial que todos ocupem funções dirigentes e subordinadas. O autor salienta que a aptidão para trabalhar coletivamente só surge no trabalho coletivo. Nesse sentido, a auto-organização parte da necessidade de realizar determinadas ações práticas, de forma autônoma, consciente e responsável, sem a supervisão, ou controle do outro. Esse mesmo autor afirma que o grau de independência de um adulto depende muito

⁷ Pocar é uma expressão costumeiramente falada no Espírito Santo. Nesse contexto, foi utilizada como sinônimo de “ir embora”.

do exercício da auto-organização na infância e adolescência que o possibilitou o gozo de liberdade e iniciativa nas questões ligadas à organização própria.

Com base em Pistrak (2011), reconhecemos que a forma de auto-organização do trabalho no campesinato possibilita uma educação em que saber e fazer constituem parte do processo educativo. Desse modo, as crianças e adolescentes não se preparam apenas para viver, mas já vivem uma verdadeira vida.

Família 2

A segunda família entrevistada foi a de Dona Sebastiana. Sobre os modos de auto-organização para o trabalho com a agricultura familiar, a entrevistada foi enfática ao afirmar que o esposo também ajuda nas tarefas domésticas e que ela e ele trabalham na roça. Na mesma época em que realizamos a entrevista, a família de Dona Sebastiana estava envolvida com a colheita de café. Segundo ela, o marido e os dois filhos acordavam de madrugada para embarcarem no caminhão e colherem café no município vizinho. Quando retornavam, todos eram responsáveis pelas tarefas de casa. Tanto o trabalho para o sustento da família quanto o doméstico eram compartilhados como um compromisso de todos.

Em relação à prática da agricultura na propriedade, a família desenvolvia o roçado manual em uma área da fruticultura e aplicava veneno em outras partes da propriedade, exceto numa área de nascente, mas dizia ter consciência de que o veneno prejudica o meio ambiente e faz mal à saúde.

Sobre sua condição de camponesa, Dona Sebastiana afirmou: “estou no paraíso. Eu gosto muito da minha terra. Amo minha terra! Gosto muito dos vizinhos! É perto da cidade. Eu não tenho como *quechá*”. Com essa fala, percebe-se que a felicidade se faz ato de resistência, apesar da anestesia histórica e do cansaço existencial. A anestesia histórica somada ao cansaço, não físico, mas espiritual, que Paulo Freire chama de cansaço existencial à época da Pedagogia da Esperança, ao relatar conversas com lideranças e trabalhadores imigrantes que deixavam seus países de origem em busca de uma vida menos difícil, pode ser observada a partir de uma possível leitura da fala de dona Sebastiana, já que ela concentra suas esperanças no trabalho para seu sustento e não mais nas mudanças estruturais de seu contexto (FREIRE, 1992).

Quando Dona Sebastiana se mostrou feliz e satisfeita, notamos que sua alegria era genuína e legítima, e não podemos, nem devemos, questionar as emoções e os sentimentos dela. Talvez o que consigamos fazer, elencando-a como sujeito histórico, assim como os

trabalhadores imigrantes citados por Freire (1992), é perceber que ela traz consigo marcas das desigualdades, da exploração, das ausências, marcas que esses atores desconhecem ou reconhecem, porém, historicamente anestesiados e existencialmente cansados, precisam viver/sobreviver e resistir. Contudo, se por um lado não podemos mensurar quanto a subjetividade interconexa às emoções, por outro, podemos afirmar, acudidos ainda por Paulo Freire (1992, p. 46), que “a consciência de classe oprimida só pode acontecer, senão antes, pelo menos concomitantemente, pela consciência de homem oprimido”.

Na fala de Dona Sebastiana, observamos que as diferenças de gênero não são consideradas quando ela se refere à auto-organização para o trabalho, pois todos podem realizar as tarefas, resguardando as condições físicas de cada sujeito. Para além de apresentar como sua família se auto-organiza, uma das questões que chamou atenção na fala da entrevistada é a sobrecarga de trabalho, pois ela salientou que sua família trabalhava em um município vizinho, por isso, acordava muito cedo e voltava bem tarde para casa.

A auto-organização nessa família de camponeses se dá em torno da subsistência. Embora a divisão do trabalho doméstico e a menção aos vizinhos se concatenam às relações sociais, observamos, nas falas da matriarca, pouca ênfase no desenvolvimento de uma consciência do contexto social em que viviam, não estabelecendo um vínculo entre o trabalho produtivo e as relações sociais. Isso é evidenciado pela pouca clareza em relação ao uso de venenos na produção agrícola, uma vez que ela acredita que evitar aplicar esses insumos próximo às nascentes é suficiente para livrar o lençol freático de contaminação. Nesse sentido, a educação escolar é importante tanto por trazer conhecimento técnico quanto para ajudar na auto-organização desses camponeses. Quanto a isso, concordamos com Pistrak (2011), que diz que a educação escolar é importante no sentido de ajudar os alunos a se apropriarem de conhecimentos socialmente úteis.

A exaustiva rotina de trabalho dessa família impossibilita esses sujeitos de pensarem em regressar à escola, pois a escola pode ser considerada mais uma sobrecarga de trabalho, principalmente se aulas forem no período noturno. Outro fator agravante é a não-oferta da Educação de Jovens e Adultos no município, situação que nos leva a pensar que, mesmo eles desejando assumir mais essa sobrecarga de trabalho, ela seria inviabilizada pela inexistência da política pública educacional. Diante desse cenário, cabe problematizar: até quando esse ciclo vicioso se perpetuará? Até quando a falta de políticas públicas para o campo impedirá que os camponeses usufruam do direito à Educação?

Essa retórica nos traz à mente o relato do camponês Seu Ciço, presente no prefácio do livro “*A questão política da educação popular*”, organizado por Brandão (1984, p. 7-8):

Educação... quando o senhor chega e diz “educação”, vem do seu mundo, o mesmo, um outro. Quando eu sou quem fala vem dum outro lugar, de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar da vida dum pobre, como tem gente que diz. Comparação, no seu essa palavra vem junto com quê? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, de roupa boa, estudado; livro novo, bom, caderno, caneta, tudo muito separado, cada coisa do seu jeito, como deve ser. Um estudo que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto, uma conta aqui e outra ali. Do seu mundo vem um estudo de escola que muda gente em doutor. É fato? Penso que é, mas eu penso de longe, porque eu nunca vi isso por aqui.

Essas perguntas nos fazem recordar Freire (1992), quando ele problematiza o quanto a Educação precisa ser assumida como um direito de todos, sendo necessário pensar em conhecimentos que emancipam os sujeitos para ajudarem a construir uma leitura crítica do mundo e a buscarem por novos modos de vida para saírem de seus estados de opressão:

Às vezes, a violência dos opressores e sua dominação se fazem tão profundas que geram em grandes setores das classes populares a elas submetidas uma espécie de cansaço existencial que, por sua vez, está associado ou se alonga no que venho chamando de anestesia histórica, em que se perde a ideia do amanhã como projeto. O amanhã vira o hoje se repetindo, o hoje violento e perverso de sempre. O hoje do ontem, das bisavós, dos avós, dos pais, dos filhos e dos filhos destes que virão depois. Daí a necessidade de uma séria e rigorosa “leitura do mundo”, que não prescinde, pelo contrário, exige uma séria e rigorosa leitura de textos. Daí a necessidade de competência científica que não existe por ela e para ela, mas a serviço de algo e de alguém, portanto contra algo e contra alguém... Daí a necessidade da intervenção competente e democrática do educador nas situações dramáticas em que os grupos populares, demitidos da vida, estão como se tivessem perdido o seu endereço no mundo. Explorados e oprimidos a tal ponto que até a identidade lhes foi expropriada (FREIRE, 1992, p. 27).

Retornando a situação da família de dona Sebastiana, é interessante destacar que, mesmo diante do que para muitos pode ser tratado como uma dificuldade, a família é feliz, visto que na entrevista não se queixavam da distância a ser percorrida até o centro do município e da inexistência de transporte coletivo que circulasse dentro das delimitações territoriais do Assentamento. Isso evidencia a falta de compreensão da realidade atual, no que se refere aos direitos à educação escolar, mas ao mesmo tempo sinaliza que ser feliz é um ato de resistência.

Família 3

A terceira família entrevistada foi a de Seu João. O entrevistado já inicia dizendo que ele e a esposa acordam cedo. Ela prepara o café da manhã e o almoço para levarem para a roça.

Ela arruma a criança – o filho único – e leva-o até o ponto de ônibus para embarcar no transporte escolar, já que a unidade de ensino mais próxima se localiza no perímetro urbano de Monte Carmelo, distrito onde o Assentamento está vinculado territorialmente. Isso se dá pelo fato de no Assentamento não existir escola em funcionamento.

Seu João diz que trata das criações, pega lenha, organiza as ferramentas de trabalho e ajuda a esposa no que for preciso, como lavar roupa e vasilhas. Depois disso, ambos vão para a roça e trabalham até à tarde e lá fazem todas as refeições. Ele, na hora do almoço, vem em casa buscar o filho e, enquanto trabalham, a criança fica brincando debaixo dos pés de café.

No transcorrer da entrevista, Seu João disse: “quando tem reunião de pais, todos vão. No domingo, na igreja, todos também vão. Não há segunda opção, todos têm que ir”. Observamos na fala do sujeito que as questões de gênero adquirem um meio termo, não se colocando em evidência, pois a esposa, apesar de também trabalhar na roça, é a principal responsável pelo trabalho doméstico.

A auto-organização vivida por essa família no trabalho com a agricultura familiar influencia nos modos de ser criança e de viver a infância. A criança brinca debaixo do pé de café. As brincadeiras para essa criança não são as mesmas das crianças da cidade. Isso posto, podemos considerar que existem várias infâncias e não apenas uma única infância. Existem vários modos de brincar e de vivenciar a fase pueril. Isso é importante ser reconhecido, pois, muitas vezes, desejamos que as crianças vivam a infância que os adultos viveram, ou valorizamos os modos de ser criança atravessados pelos brinquedos industrializados e/ou tecnológicos.

Nessa perspectiva, Maia (2012, p. 32), ao falar dos estudos contemporâneos sobre as infâncias, salienta que eles “buscam mostrar o fato de que as crianças participam coletivamente da sociedade e são sujeitos ativos, rompendo com o adultocentrismo, [...] buscam, ainda, evidenciar a presença de uma diversidade de infâncias e não uma concepção uniformizadora”. Essa multiplicidade de infâncias também é defendida por Sarmiento (2007, p. 10), que assinala: “as crianças são seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças”.

Nesse sentido, retomando a criança em tela, cabe salientar que o principal contato que ela tem com outras da sua idade é na escola. O brincar com o outro, na maioria das vezes, é limitado à escola. A criança se adapta ao contexto da família. O fato de ela observar o trabalho do pai e da mãe, de certa forma, constituirá esse sujeito. Ela vai produzindo conhecimento na

interação com a família e, como estuda em uma escola com currículo urbano, possivelmente não tem esses conhecimentos evidenciados e valorizados.

Outro destaque que desejamos trazer a partir das informações apresentadas pelo entrevistado, diz respeito às relações afetivas. Inferimos que esse trabalho coletivo, que envolve a família, pode produzir relações mais afetivas, ou seja, relações que aproximam os entes familiares. Esse movimento é de grande importância quando analisamos a sociedade contemporânea, pois, ao passo que ela se coloca em processo acelerado de informatização e de produção de conhecimentos, os sujeitos que nela habitam se mostram frios, solitários e competitivos.

Os modos de realizar a auto-organização na família de Seu João se contrapõem aos modos de vida contemporâneos nos quais a tecnologia é muito presente, no entanto, distanciando as pessoas. Percebemos que a auto-organização desenvolvida por essa família para as práticas laborais pode se constituir como uma possibilidade de os laços familiares se fortalecerem e de perpetuar o companheirismo. Além disso, pode sinalizar para uma sólida formação humanística, pois possibilita uma aprendizagem constante, por meio da *práxis*.

Considerações finais

As vozes dos sujeitos dessa pesquisa evidenciam que a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a auto-organização. Os entes familiares se organizam de uma forma harmônica e coletiva que os capacitam a produzirem a sua sobrevivência a partir dos meios que possuem. A relação que eles estabelecem entre a produção de bens e necessidades básicas e humanas se contrapõe ao modelo de produção capitalista.

Conforme Brandão (1981), educação, no contexto camponês, tem como principal característica a maneira como o saber é adquirido. Ele é dado pouco a pouco, de acordo com a idade e sexo, por meio da convivência e observação das diferentes situações do cotidiano.

A partir dessas reflexões, confirmamos o quanto a auto-organização presente entre as famílias camponesas é importante no processo educativo, pois ela representa uma possibilidade de educação não escolar, por meio da propagação e produção de saberes vivenciados na prática. Percebemos que os processos de auto-organização também contribuem para uma formação humanística, pautada em valores que vão se perpetuando por meio do convívio familiar.

Ressaltamos que a auto-organização é valiosa na humanização dos sujeitos, ao passo em que viabiliza e estimula a participação e a coletividade dos envolvidos no processo e contribui

para um aprendizado mútuo e contínuo.

Relacionando esse debate ao estudo realizado, constatamos que numa mesma área rural encontramos realidades distintas, com modos de ser e ter diferenciados. Isso nos faz pensar que os processos de auto-organização vividos pelas famílias camponesas entrevistadas não homogeneizam os hábitos culturais presentes nas divergentes realidades encontradas no Assentamento, pelo contrário, produzem realidades cada vez mais distintas, o que nos leva a perceber que o campo é heterogêneo no que se refere aos costumes e à diversidade cultural nele existente.

Referências

BALDOTTO, O. L. G.; MORILA, A. P. Auto-organização no contexto da educação do campo. **Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino**, São Mateus, n. 2, p. 40-64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/14414>. Acesso em: 9 maio 2021.

BRANDÃO, C. R. (org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Alto Rio Novo**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alto-rio-novo/panorama>. Acesso em: 9 maio 2021.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MAIA, J. N. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 9-30.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário de Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim

Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 32-40.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POMUCHENQ, F. J. M.; DOS SANTOS, F. N. Resignificação da auto-organização dos estudantes na EFA de Marilândia: possibilidades, avanços e desafios. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 11, 2020. Doi: 10.22294/eduperppgeufv.v11i00.9587. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/9587>. Acesso em: 9 maio 2021.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. *In*: VASCONCELLOS, V. M.R.; SARMENTO, M. J. (org.). **Infância (in)visível**. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Submetido em 9 de maio de 2021. Aprovado em 13 de agosto de 2021.